

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

-----No dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas 16.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Auditório da Central das Artes, sito em Porto de Mós, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Intervenção aberta ao público, nos termos do nº 1 do artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal;-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior;-----

-----2. Outros assuntos de interesse para o Concelho.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento) -----

-----2. Falecimento do Presidente da Assembleia de Freguesia de Porto de Mós, Senhor José Gomes dos Santos – Proposta de voto de pesar; (Apreciação, discussão e votação);-----

-----3. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2023; (Apreciação, discussão e votação);

-----4. Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2023 - (Apreciação); -----

-----5. Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2023 - (Apreciação);-----

-----6. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Para conhecimento); -----

-----7. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto de Mós – 2023 (para conhecimento); -----

-----8. Regulamento Municipal de atribuição de prestações de carácter eventual em situações de emergência social e comprovada insuficiência económica de Porto de Mós (Apreciação, discussão e votação); -----

-----9. Alteração ao regulamento do Conselho Municipal da Cultura (Apreciação, discussão e votação); -----

-----10. Moção da Assembleia Municipal da Batalha contra a proposta de aumento das tarifas de resíduos urbanos pela VALORLIS; (para conhecimento); -----

-----11. Declaração de Interesse Público Municipal Centro Hípico de Alcaria, Unipessoal, Lda; (Apreciação, discussão e votação); -----

-----12. Relatório de monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCCIC) de 2023 (para conhecimento). -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----13. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).-----

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, o Primeiro Secretário, António José Jesus Ferreira e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário.-----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: José Gabriel Pires Vala (PSD), Júlio João Carreira Vieira (PSD), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD), Isa Filipa Ferreira Vala (PSD), Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD), Sandra Marisa Ferreira de Sousa (Dep. Não Inscrita), Liliana Carvalho Pereira (PS), Félix Correia dos Reis (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Dulce Maria Amado Custódio (PSD).-----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Manuel de Freitas Barroso (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Artur Jorge Cordeiro Louceiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Luis Miguel Louro Ferraria, Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (PS), Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga e Sandra Maria da Silva Martins (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Alvados e Alcaria.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes e Rui Fernando Correia Marto, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes.-----

-----Faltaram à sessão, Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), que foi substituída por Deolinda Maria Gomes Santo Bértolo (PS), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD) que foi substituído por Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS), que foi substituída por Margarida Maria Fonseca Carvalheiro Louro dos Santos (PS), Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS) que foi substituída por Paulo Rafael Vieira Rosa (PS), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), que foi substituído por Jorge Filipe Monis Gomes (PS) e Pedro Lavado Gomes Vieira (PS), que foi substituído por João Filipe da Silva Mariano (PS), bem como os senhores Vereadores Paulo Jorge Nobre Pereira e Sofia Margarida Amado Pereira, ambos do PS.-----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as faltas dos membros supracitados, face à sua solicitação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às dezasseis horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, passando a cumprimentar todos os presentes e dizendo que esta Assembleia Municipal irá ser regida pelo Regimento aprovado em 11.02.2022, desejando a todas e a todos uma boa sessão esperando que seja uma Assembleia Municipal, na defesa dos interesses próprios da população de Porto de Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Passou a informar depois a Assembleia Municipal das faltas e substituições verificadas e que constam supra. -----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir, o que não aconteceu. Nesta conformidade, passou-se ao Período de Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :**-----

-----**1. Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente colocou a votação a **ata nº 1 de 2024**, realizada em vinte e três fevereiro de dois mil e vinte e quatro, perguntando se alguém quer fazer algum reparo ao conteúdo da mesma. Artur Louceiro, Presidente da Junta de Freguesia de Juncal, refere que no início da ata, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Porto de Mós e de Mira de Aire, constam como sendo do PS, pedindo a sua correção, por se tratarem de membros do PSD. Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação a Ata nº 1 de 2024, considerando as correções pedidas, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

-----**2. Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----**Tony Jorge Correia Trovão**, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro (PSD):-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que estava em representação do Presidente da Junta, que por motivos pessoais, não pode hoje estar presente nesta sessão. Assim, em seu nome e em nome de todo o executivo da Junta de Freguesia de Porto de Mós, quer agradecer à Assembleia Municipal de Porto de Mós, a oportunidade de apresentar um voto de louvor ao senhor José Gomes dos Santos, Presidente em exercício, da Assembleia de Freguesia, que passou a ler:-----

-----“O senhor José Gomes, nascido em 18.07.1953, natural da freguesia de Calvaria de Cima, casou em 1974. Fixou-se na Várzea de Santo António e aí constituiu a sua família. Desde muito cedo, iniciou funções no poder local, tendo alcançado a sua primeira presidência na Junta de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia de s. João Baptista, no mandato de 2009/2013, e posteriormente, na reorganizada freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro, no mandato de 2013/2017, tendo ainda desempenhado a função de Presidente da Assembleia de Freguesia de Porto de Mós, desde 2017, até ao seu falecimento, passou a maior parte da sua vida ligado à causa pública através da freguesia de Porto de Mós, e nunca deixou, em momento algum, de contribuir com a sua experiencia, resiliência, na melhoria da sua freguesia, e com isso lutando pela melhoria de vida da comunidade. O José Gomes, era conhecido pelo seu trabalho enquanto autarca, tendo neste últimos trinta anos, ocupado vários cargos, mas também pela presença, em grande parte da sua vida, no associativismo local, onde integrou os órgãos sociais de quase todas as associações e clubes, com sede na vila de Porto de Mós. É uma pessoa que devemos manter na memória, pois trata-se de um exemplo, no que diz respeito à causa pública. Todos sabemos como era o nosso Zé Gomes. Um homem simples e humilde, educado, simpático e sorridente. Amigo e companheiro, e acima de tudo um homem muito dedicado à família e aos amigos. Aqueles que tiveram a sorte de se cruzar com o nosso Zé Gomes, sabem a pessoa que era. Uma pessoa de entrega e dedicação, sempre pronto a ajudar o próximo. José Gomes dos Santos, foi uma pessoa marcante na história da freguesia. Inspirou as gerações futuras pelo seu exemplo de amizade. O nosso amigo será sempre lembrado por todos nós e estará sempre no coração."-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, disse que a sua bancada se queria associar a este voto de louvor à figura e ao companheiro José Gomes, tendo aqui sido bem enaltecida a sua participação cívica através da Junta de Freguesia de Porto de Mós, querendo reforçar que ele não teve apenas esse papel no seu trajeto de vida, tendo tido também uma participação muito ativa em tudo o que diz respeito ao movimento associativo. Era uma pessoa sempre disponível, não tendo ouvido nunca um não da parte do Zé Gomes, fosse qual fosse a solicitação que lhe fosse feita. Tinha sempre essa abertura, a alegria em participar nas coisas, em ajudar, e movimento associativo de Porto de Mós deve-lhe muito, havendo poucas coletividades em Porto de Mós, por onde ele não tenha passado, e que ele não tenha ajudado. Disse querer deixar aqui esse testemunho e sobretudo recordar uma pessoa boa, um bom homem, um bom cidadão e alguém que assumiu sempre um compromisso com a vida pública e com a sua terra.-----

-----**Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS):**-----

-----Usou também da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes na pessoa da senhora Presidente, disse que, na sequencia do que foi dito, também a bancada do PS se quer associar ao voto de louvor proposto pela Junta de Freguesia de Porto de Mós, ao senhor José Gomes dos Santos.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia disse que iria colocar a votação o **voto de louvor proposto pela Junta de Freguesia de Porto de Mós a José Gomes dos Santos**, que foi **aprovado por unanimidade**.-----

-----**Artur Jorge Cordeiro Louceiro – Presidente da Junta de Freguesia de Juncal (PS)**:-----

-----Usando da palavra disse que, a ano de meio do término do mandato, e porque desde o início tem vindo a falar a falar disso, pediu informação sobre o ponto da situação do Vamós.-----

-----**Sandra Maria da Silva Martins – Presidente da União das Freguesias de Alvalados e Alcaria - (PSD)**:-----

-----Depois de cumprimentar na pessoa da senhora Presidente todos os presentes, passou a referir que se está na fase de preparação do ano letivo 2024/2025, perguntando se existe alguma novidade no que diz respeito às atividades propostas, que são da alçada do município. Depois, relativamente a uma questão que até foi abordada na sessão solene do 25 de abril, e que terá ficado na memória de alguns, disse querer fazer um esclarecimento relativamente a um vídeo que circula nas redes sociais e que põe em causa um docente do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós. Enquanto membro da Direção do Agrupamento, disse que lhe competia dizer que a questão está a ser tratada, mas também alertar para o facto de, um vídeo que surge nas redes sociais, completamente fora de contexto, por alguém que não é do Agrupamento nem do seu conhecimento, que não tem ligação nenhuma a esta escola, nem a esta realidade e que afirma algumas situações graves, não tendo, nem conhecendo a situação em si, além de ser grave, ainda considera mais grave haver pessoas que trazem isso para o contexto público, como se fosse uma verdade absoluta. Disse querer que ficasse esclarecido que a situação está a ser tratada e que as coisas não aconteceram assim, há um contexto, há uma realidade, e todos têm que ter a noção de que não se pode, nem julgar e muito menos falar daquilo que se viu nas redes sociais, como algo absolutamente verdadeiro e inquestionável.-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - (PSD)**:-----

-----Cumprimentou todos os presentes na pessoa da senhora Presidente, e todos os que estão a seguir esta sessão através das redes sociais. Começou por pedir desculpa à senhora Presidente e ao executivo camarário por não ter estado presente nas Comemoração dos 50 anos do 25 de abril, porque também em Serro Ventoso houve um evento para celebrar essas comemorações. Deixou depois duas notas sobre o assunto, dizendo em primeiro lugar que acha muito bem que se realizem essas comemorações e que se deve continuar a lembrar não só os vivos, mas também aqueles que já partiram. É importante lembrá-los, porque na homenagem que foi feita pela Junta de Freguesia de Serro Ventoso, 50% dos combatentes de Serro Ventoso, já não estão cá, achando importante

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, com obras físicas deixe patente a memória dessas pessoas que combateram no ultramar, há muitos e muitos anos atrás. Depois, uma nota para a senhora Presidente da Assembleia Municipal, que já viu nalgumas assembleias a possibilidade de se colocarem questões, via digital, achando que seria importante aproximarem-se os eleitos dos eleitores e as pessoas em casa, poderem colocar questões, via digital à Assembleia, que seriam depois aqui respondidas. Quanto ao executivo, sugeriu que as reuniões públicas deste poderiam igualmente passar nas redes sociais, à semelhança do que acontece já em muitos concelhos. Deu depois os parabéns ao executivo pela pavimentação pela estrada da Ribeira de Cima chamando a atenção para as curvas dos Pragais que são um perigo para quem anda de bicicleta. Por fim, agradeceu ao executivo os carregadores elétricos nas freguesias, considerando que é uma boa maneira de mostrar que Porto de Mós está preocupado com a transição energética.-----

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a dizer que, um dia depois do 25 de abril, é impossível não falar dele. Manifestou o seu apreço e elogiou a forma como decorreram as comemorações do 25 de abril por todo o País e concretamente em Porto de Mós, tendo estado presente na maioria das iniciativas que a Câmara e a Comissão Organizadora levaram a cabo ao longo dos últimos dois anos, lamentando que mais pessoas não tenham estado presentes, principalmente elementos das Juntas de Freguesia e da Assembleia Municipal, dizendo e sentindo que também foram eleitos para isso, para estar presentes nos eventos podendo considerar-se uma falta de respeito para quem as organiza e para com os eleitores, apelando a que, futuramente mais pessoas estejam presentes nestas iniciativa. Disse depois que foi com enorme prazer que viu ontem, pela televisão, um mar de gente em Lisboa, nas Comemorações, o que revela que a democracia está viva, e que os jovens, a querem preservar e defender. Elogiou depois o senhor Vereador Marco Lopes por ter cercado a rotunda do cavalo de D. Fuas, com cravos, agradecendo à Câmara. Terminou com um viva ao 25 de abril, a Porto de Mós e a Portugal.-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, disse que tinha apenas duas questões, sendo a primeira, saber o ponto de situação das obras da Escola Secundária de Porto de Mós, uma vez que na última Assembleia o senhor Presidente tinha referido que já tinha feito a abertura das duas propostas, e tendo também em conta que na última sessão também referiu que já estava a ser revisto o regulamento para a componente de apoio à família, saber o ponto de situação do mesmo.-----

-----**Dulce Maria Amado Custodio (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes na pessoa da senhora Presidente da Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal, disse que queria parabenizar a Assembleia Municipal, pelo evento do Dia da Mulher, homenageando a mulher autarca. Seguidamente disse concordar com o deputado Félix dos Reis, pois como dizia ontem uma jovem deputada, os deputados, sejam nacionais ou municipais, são os representantes do povo. Deu depois os parabéns à Câmara pela continuidade do projeto Jovem Autarca, sendo a sementinha que se quer deixar nos jovens. Referiu-se depois ao estado da estrada da Bezerra, que já há muito precisa de uma intervenção, e também a estrada da Portela Vale de Espinho, que o senhor Presidente se comprometeu a resolver.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Cumprimentou todos os presentes. Seguidamente disse que mais uma vez se iria falar do 25 de abril, lamentando que se estejam a perder os seus grandes valores, o que mexe muito consigo. Referiu-se depois às últimas eleições legislativas no concelho de Porto de Mós, onde, o Partido CHEGA ganhou em sete freguesias, situação que considera muito preocupante, acrescentando que os mais jovens não sabem o que é a miséria, nem sabem o que é que foi e porque é que aconteceu o 25 de abril. Lamentou ainda as últimas declarações do Presidente da República sobre as compensações que o Estado Português devia às então províncias ultramarinas, dizendo que o que devia ser feito era ir buscar os combatentes que lá ficaram e que se sabe onde estão. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal no final desta intervenção, pediu que os deputados tivessem alguma contenção nas palavras que usassem.-----

-----**Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra e depois de cumprimentar todos os presentes, perguntou pelo ponto de situação da bolsa de estacionamento em frente à Palmeira e previsão para a sua conclusão, uma vez que parece estar parada. Também sobre a Travessa da Papoila perguntou se existem alguns desenvolvimentos depois dos vários procedimentos que ficaram desertos. O Vamós, que já foi aqui questionado, também saber como é que está a decorrer. O parque do Largo da Igreja, pensando que já há uma previsão para a execução de algo para ali, e portanto, perceber mais ou menos o que está previsto, e finalmente, o Campo da Fiandeira, saber se existe evolução. Depois, disse que queria parabenizar o executivo pelo programa e pelas iniciativas comemorativas do 25 de abril. É importante não esquecermos que hoje, todos podemos opinar, podendo ter entendimentos divergentes, verbalizando o que defendemos sobre todos os assuntos, e que só o podemos fazer porque existiu o 25 de abril. Disse depois que há uma frase de que gosta muito, e que é "não há futuro sem memória" e que devemos ir buscar as nossas memórias para as avivarmos aos presentes e para melhorarmos o futuro. Foi há 50 anos, mas deve ser todos os dias, porque todos os dias devemos cuidar para que a nossa democracia e a liberdade não acabem, e ultimamente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temos visto que ela pode ser posta em causa, devendo esforçar-nos para que possamos desenvolver cada vez mais os direitos que adquirimos nessa altura e ao longo destes 50 anos. Democracia é respeitar uma visão, quer ela seja a favor ou contra. E é para isso que todos aqui estamos.-----

-----**Jorge Filipe Monis Gomes (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes passou a dizer que o motivo para o seu pedido para usar da palavra, tem a ver com a situação da Saúde em Porto de Mós, nomeadamente nas freguesias com mais carência destes serviços. Neste sentido, perguntou ao senhor Presidente se tem chegado médico e enfermeiro a todas as freguesias do concelho, ao abrigo do apoio do serviço domiciliário. Sabemos que a condução da viatura disponível para garantir este serviço, está a ser feita por funcionários da Câmara Municipal. A questão que se coloca, é, como é que fica o posto de trabalho que devia ser assegurado por este funcionário que vai conduzir a viatura. O Município pretende adquirir mais viaturas para este serviço e sabendo que há recusa dos médicos e enfermeiros em conduzir estes veículos, e sabendo também que o Município não pretende contratar motoristas para assegurar a condução dos mesmos, perguntamos se a intenção é recorrer novamente aos funcionários da Câmara e em caso afirmativo, como ficam os postos de trabalho que deviam estar a ser preenchidos por estas pessoas. O senhor Presidente referiu, e bem, que a recusa dos profissionais de saúde em conduzir as viaturas leva-nos a uma situação de incompreensão e de entropia na possível solução da chegada de médico e de enfermeiro para a essas freguesias. Sendo assim, vincamos a necessidade de se fazer cumprir o protocolo em conjunto com a coordenadora da USF, sem prejuízo de outros postos de trabalho.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que a Câmara Municipal recebeu três prémios por índice de presença na internet, o 2º lugar no ranking global total dos municípios, o 1º lugar no ranking de serviços *on line* e o decimo lugar no ranking de participação total dos municípios. Esta é uma prova da transparência e de que este município, se preocupa de uma forma integrada, em prestar um bom serviço à comunidade e em prestar um bom serviço também ao país, porque por essa razão obteve estes prémios. Falando sobre o 25 de abril, apesar de tudo já ter sido dito pela sua bancada, reforçou que comemorar abril é muito importante, porque sem abril, não haveria a possibilidade de vir aqui contestar algumas decisões de alguns órgãos de soberania. Mas a razão que a leva a insistir, é que, como disse o deputado Félix dos Reis, a participação foi muito reduzida, e em sua opinião, quem fica a perder é quem não vai, mas que deveria haver uma maior participação quer dos eleitos, quer também da população portomosense.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra começando por cumprimentar todos os presentes. Disse depois que, queria, em nome de todo o executivo camarário, todos os sete vereadores, associar-se ao voto de louvor a José Gomes dos Santos. Sobre a situação do VAMÓS, disse que estava a ser ultimada uma alteração ao giro, para reforçar a ida a Alqueidão da Serra e ao Juncal, e respondendo também a Cristina Vilaverde, do restante concelho, aguarda-se que seja aprovada uma candidatura para um autocarro elétrico, que depois, em conjunto com o atual, passará o concelho a ser servido por dois autocarros, com algumas alterações de linhas. Sobre a questão colocada pela senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Alvados e Alcaria, para o próximo ano letivo, conforme compromisso que já havia sido assumido, está a ser feita uma alteração ao modelo, nomeadamente da comparticipação do CAF. Neste momento, já foi acordado com as instituições que prestam serviço no âmbito das AECs, e o modelo será exatamente o mesmo. O que se está a fazer é a prestar um apoio efetivo às famílias e não criar um depósito para que as crianças passem 12 ou 14 horas, como alguns pais pedem, para estarem na escola primária, pensando que este é o modelo adequado, e para o qual foram criadas as condições financeiras. Sobre a questão do vídeo que circula nas redes sociais e que foi ontem referido pela deputada Sandra Martins, nos 50 anos do 25 de abril, disse que queria dar nota do seguinte: 50 anos depois do 25 de abril, pensa que ninguém de bom senso quer voltar ao tempo de "naquele tempo é que era bom". Relembrou que a relação das mulheres com a sociedade era nula, que o conceito de família era como era, e que este vídeo é completamente descontextualizado, concordando completamente com o que foi dito pela senhora Presidente de Junta, na qualidade aqui, de membro do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, e que além de descontextualizado, é mau para a democracia que este tipo de populismos baixos, passem nas redes sociais como têm passado. Disse ainda que esta senhora, que não tem nada a ver com o concelho de Porto de Mós, e que aparentemente é ideóloga do Partido CHEGA, que é também uma pessoa extremamente conservadora, tem um filho que abandonou a casa, porque em determinada altura, assumiu que era homossexual, e os pais deixaram de o ter como filho, mas antes deram-lhe uma tarefa, e isto está documentado em jornal. E não é este o conceito de família que nós defendemos. O filho é sempre filho, tenha a religião a orientação sexual, ou outra qualquer opção que tiver. Este é o conceito de família que foi conquistado com abril, e de que não abdica em nenhuma circunstância. A partilha deste vídeo é socialmente ofensiva, ofende o concelho de Porto de Mós, ofende a senhora professora, que ao que sabe, limitou-se a cumprir aquilo que é a orientação pedagógica para aquela aula, e ao ser descontextualizada, acabamos por ter aqui uma referência aparentemente negativa, ao concelho de Porto de Mós, o que não faz qualquer sentido, por uma pessoa que não tem como filho, um filho que se assumiu como homossexual. Sobre a questão referida pelo senhor Presidente da Junta de Serro Ventoso, disse que regista esta questão das homenagens, sendo um defensor de que as homenagens devem ser feitas em vida, para as pessoas sentirem o quanto a sociedade os reconhece. O Município, em boa hora, editou já dois

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

livros, onde se referem e homenageiam todos os antigos combatentes, e sobre este ponto de vista está muito tranquilo, achando que não há necessidade de se estar sistematicamente a homenagear quem cá não está, através das suas famílias. Quanto à transmissão das reuniões de Câmara publicas *on line*, disse que isso não o transcende, pese embora, o facto de haver alguns municípios que o faziam e deixaram de fazer, por força da proteção de dados, pelo que é um assunto que tem de ser muito bem ponderado. Acrescentou ainda que desde há seis anos, tem sido prática do executivo camarário a realização descentralizada das reuniões públicas pelas freguesias, coisa que poucas Câmaras Municipais fazem, estando mais próximos das populações e ouvindo as preocupações da comunidade. Quanto à questão das curvas dos Pragais, disse que a estrada é nacional e que tem alguma relutância em criar desvios, estradas alternativas para retirar o perigo de um lado e colocá-lo noutra. Sobre os carregadores elétricos, disse que está um curso um procedimento concursal, porque tem de ser um concurso publico, e todas as freguesias vão ter acesso à possibilidade de ter um carregador para viaturas elétricas. Sobre a questão dos 50 anos do 25 de abril referidas pelos deputados Félix dos Reis e Joaquim Santiago, disse que continua a defender o que sempre tem dito, que Abril não é um património de extremos, venham eles de onde vierem, Abril é um património de valores transversais que toca a todos e a cada um, todos os dias do nosso percurso. Não partilha nem a ideia de que não se cumpriu Abril, nem reconhece saudosismos nem desinformações do "antes é que era bom." Acha, e tem-no dito de forma reiterada, que o 25 de abril não é do partido A ou B, o 25 de abril é das pessoas, para as pessoas, mas sobretudo é daqueles que querem continuar a cultivar a democracia, porque só assim é que existe liberdade. Sobre a questão colocada pela deputada Liliana Pereira, disse que já falou do Regulamento dos CAF e quanto às obras da Escola Secundária de Porto de Mós, por obrigação legal, teve de ser contratada uma equipa de revisão de projeto, que está a analisar de uma forma minuciosa as duas propostas que foram aceites, para se decidir o valor de quase dez milhões de euros, e entre as duas propostas o valor diferencial não chega a vinte mil euros, tendo de haver muito rigor na definição de quem vai fazer a obra. Disse ainda que a candidatura deu entrada e é a sexta candidatura da Região Centro, havendo priorização por ordem de entrada, pelo que se sente confortável, uma vez que a Região tem cento e cinquenta milhões de euros para fazer face às obras das escolas de 2º e 3º ciclo e secundário. Sobre a questão colocada pela deputada Dulce Custódio, disse que também o executivo tem um gosto imenso em abraçar este projeto "Jovem Autarca", aparecendo ideias fantásticas de jovens, pouco mais do que crianças, com ideias de adultas, bem sustentadas. Houve 50 candidatos a Jovem Autarca. O jovem que ganhou, e que está já a participar em diversos eventos, é um desses que tem um conjunto de ideias e que não se inibe, não só de as transmitir, mas também de responder aos desafios que o Presidente da Câmara ou o Executivo lhe fazem, como foi o caso do que aconteceu ontem. Sobre os pedidos, a estrada da Portela Vale de Espinho, disse que não foi arranjada por causa da questão do pavimento. Se a população decidir, em conjunto com o senhor Presidente de Junta, que a melhor solução é

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alcatroamento, é isso que será feito, e rapidamente. A outra questão é um pouco mais complexa. A estrada da Bezerra, está a ser equacionada em conjunto com outros alcatroamentos. Sobre as questões colocadas pela deputada Cristina Vilaverde, a bolsa de estacionamento em frente à Palmeira, está mesmo a ser terminada a substituição de condutas de fibrocimento nas ruas adjacentes, para não pavimentar em cima de fibrocimento. Este é um trabalho que está a ser feito pela equipa das águas da Câmara Municipal de Porto de Mós, estando terminado muito em breve. A Travessa da Papoila, como disse, ficou três vezes deserto, tendo já sido aumentado de trinta e quatro mil para quarenta mil e depois para sessenta mil, e os serviços técnicos recusam-se a fazer um caderno de encargos com mais valor do que esse, por acharem que é desmedido para a obra que é, colocar ali preços fora daquilo que é a prática, até porque os sessenta mil já está acima da prática. O Vereador Marco Lopes está a tentar arranjar uma solução, para de uma vez por todas se resolver aquele problema. Sobre o parque do Largo da Igreja, foi-nos apresentado um estudo, que terá que passar a projeto. Neste momento é o que está a ser feito, estando em articulação com a equipa da freguesia de Mira de Aire, para se avançar para projeto. Sobre a questão do VAMÓS, já foi respondido. Quanto ao Campo da Fiandeira, há um acordo de princípio desde o final do ano passado, não tendo ainda querido divulgá-lo, porque ainda não está por escrito. Como se sabe, no passado as coisas não correram bem, e não queria agora criar expectativas relativamente a algo que não tem por escrito. Quando estava praticamente tudo em condições para se poder fazer o anúncio, o Governo caiu e agora tem de haver uma ratificação por parte do Secretário de Estado, estando a aguardar essa situação. Sobre a questão colocada pelo deputado Jorge Gomes, já afirmou numa reunião pública de Câmara, que o Município de Porto de Mós, tem sido confrontado com a situação de os enfermeiros não conduzirem as viaturas, que era o que acontecia. No entanto, passado algum tempo, e depois de algumas reuniões com a ULS de Leiria, a USF Novos Horizontes aceita conduzir, e vai receber três viaturas, tendo sido esse o compromisso que foi assumido, sendo que a Câmara vai também adquirir viaturas para as restantes extensões de saúde. Quando as viaturas forem entregues, deixará de haver motoristas, e as populações ficarão a saber que não é da parte do Município a responsabilidade do serviço ficar por fazer. Não se pode estar aqui a alimentar algum corporativismo, só porque sim, em situações, em que, em primeiro lugar está o interesse público e sobretudo o interesse da comunidade, dizendo que esta tomada de posição do Município, é também respeito por quem os elegeram. Sobre a questão referida por Olga Silvestre, disse que o índice de presença na internet e os prémios recebidos, são resposta a um investimento muito forte por parte do Município, quer em software, quer em equipamento e sobretudo em formação. Concluindo disse que estes prémios respondem sobretudo num espectro que não tem a ver com a comunicação no facebook. Tem a ver com a disponibilidade de plataformas para responder às necessidades dos munícipes. O facto é que na avaliação feita pela Agencia de Modernização Administrativa em parceria com a Universidade do Minho, o Município de Porto de Mós teve um 2º lugar global, em 308 municípios e na disponibilização de serviços on line, ficámos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em 1º lugar nacional. Este prémio ser atribuído a Porto de Mós significa que dignifica muito este trabalho que tem vindo a ser feito por todos, tendo vindo a ser coordenado pelo Vereador Marco Lopes, e em boa hora têm vindo a ser feitos investimentos muito significativos, no sentido de termos hoje um serviço do qual temos que nos orgulhar.-----

-----PERIODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou a dar algumas informações, nomeadamente no que se refere à Comemoração do Dia da Mulher, que este ano, se associou às Comemorações do 25 de Abril, e onde foram homenageadas as Mulheres Autarcas do Concelho. Agradeceu ainda aos senhores Presidentes de Junta, toda a colaboração prestada, nomeadamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras que emprestou e transportou os biombos que aqui eram necessários.-----

-----2. Falecimento do Presidente da Assembleia de Freguesia de Porto de Mós, Senhor José Gomes dos Santos – Proposta de voto de pesar:-----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou a apresentar a proposta de pesar acima referenciada, que já foi presente e aprovada em reunião de Câmara tendo a mesma sido enviada a esta Assembleia para votação:-----

-----PROPOSTA DE VOTO DE PESAR-----

-----No passado dia 21 de março a comunidade Portomosense viu-se confrontada com uma notícia triste, o falecimento do Senhor José Gomes dos Santos.-----

-----Um cidadão de grande valia para a freguesia e concelho onde ocupou lugares no movimento associativo, como autarca dedicado ao serviço público e à comunidade na melhoria das condições de vida dos seus cidadãos. -----

-----Atual Presidente da Assembleia de freguesia de Porto de Mós, desde 2017, cargo que desempenhou com dignidade e elevação, contribuiu imensamente para o desenvolvimento da sua freguesia, sempre com simplicidade e competência. -----

-----Autarca de Freguesia durante muitos anos, iniciou funções no Poder Local muito cedo, tendo alcançado a Presidência da Junta de Freguesia de São João Baptista no mandato de 2009 a 2013 e da Junta de Freguesia de Porto de Mós de 2013 a 2017. Perante este nobre percurso e por tudo o que, genuinamente, ofereceu à sua comunidade, devemos a esta distinta personalidade, o nosso mais sincero agradecimento, pelo legado e referência nos valores que nos deixa.-----

-----Perante o seu percurso e exemplo de vida, a sua dedicação intensa a todas as causas em que se envolveu é merecedor de grande respeito, consideração e estima de todos, não podendo esta Câmara Municipal ficar alheia a este triste notícia, pelo que proponho:-----

-----Possa a Câmara Municipal aprovar um voto de pesar pelo falecimento do cidadão José

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gomes dos Santos, bem assim como guardar um minuto de silêncio na reunião da Câmara municipal, em sua memória e transmitir esta proposta aos seus familiares, desejando que possam encontrar o alento necessário a prosseguir as suas vidas.”-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia, colocou a votação o presente voto de pesar que foi **aprovado por unanimidade**, associando-se assim esta Assembleia ao mesmo. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou depois a ler uma proposta conjunta, apresentada pelas líderes do PSD e do PS:-----

-----“A Assembleia Municipal de Porto de Mós, deliberou em reunião ordinária de 26 de abril de 2024, manifestar o pesar, pelo súbito e doloroso desaparecimento de Beatriz Vala, em plena flor da juventude, e expressar a sua total solidariedade com a dor e o sofrimento da sua família e, em especial aos seus pais, o Senhor Jorge Vala, Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, e sua mãe Rosa Alexandre Simões Vala.-----

-----Recordamos a Beatriz como uma médica atenta, doce e competente.-----

-----Recordamos a Beatriz como exemplo de uma médica que queria sempre saber mais, para melhor cuidar. -----

-----Mas também uma filha exemplar, uma irmã, uma amiga, e uma mulher apaixonada pela vida e pela terra que a viu nascer. “-----

-----Posto a votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade**. -----

-----Passou depois a senhora Presidente a propor que se guardasse um minuto de silêncio em memória de José Gomes dos Santos, Drª Beatriz Simões Vala e para a senhora Idalina Santiago Coelho, mãe do senhor deputado municipal, Joaquim Santiago Virgílio Alves.-----

-----**Isa Filipa Ferreira Vala (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia, e na sua pessoa, todos os presentes, dirigiu um cumprimento especial ao senhor Presidente da Câmara, Jorge Vala. Disse depois que se vem associar aos votos de pesar aprovados, de duas pessoas queridas. “A Beatriz, uma pessoa que devemos recordar pelos melhores motivos. Uma jovem que lutou para as melhores condições de vida para toda a população, seja dos menos jovens, seja para os mais jovens. A Beatriz, que era acima de tudo amiga, sempre com a sua palavra amiga e pronta a ajudar todos. Devemos recordar a Beatriz com o seu lindo sorriso, que voa bem alto. O senhor José Gomes, um senhor que também recordo desde muito jovem. Lembro-me dos primeiros anos, passos, que dei na Banda, tinha eu uns seis aninhos e ele sempre pronto a apoiar. Guardo com carinho, no meu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pensamento e no meu coração, os conselhos que ele me deu. Obrigada aos dois."-----

-----**3. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2024; 4. Relatório do Auditor Externo sobre as Contas de 2023; 5. Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2023:** -----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente começou por agradecer a todos as palavras de carinho que tem recebido nos últimos tempos. Depois dirigindo-se à senhora Presidente da Assembleia, propôs que se discutissem os três pontos supra, conjuntamente, até porque os pontos 4 e 5 são para mera apreciação, não estando sujeitos a votação. O relatório de gestão do Município de Porto de Mós, é elaborado de acordo com as normas do SNC-AP e engloba demonstrações orçamentais e financeiras, conforme documento que foi distribuído oportunamente por todos os deputados municipais. A apresentação deste documento, visa proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da execução orçamental, da posição financeira do desempenho de gestão na execução da estratégia, com a finalidade de fornecer informações verdadeiras e adequadas das contas públicas através da informação compreensível para todos os intervenientes, quer seja a comunidade em geral, quer sejam os investidores, fornecedores, entre outros. O Município de Porto de Mós, tem várias candidaturas aprovadas no âmbito da PRR, para desenvolver a economia local, para modernizar e recuperar instalações entre outras. É em função do conjunto de prioridades definidas no programa eleitoral, conjugadas com as prioridades e necessidades definidas pelo Estado Português, em linha com a Comissão Europeia, que o Município continua a orientar a sua estratégia de ação e a consolidar as políticas definidas para o concelho, desde 2017. Estão em curso novas infra estruturas, mas também a manutenção e requalificação de edifícios e equipamentos existentes, bem como muitas ações imateriais, que de forma articulada, redundam na melhoria da qualidade de vida da população. Os exercícios de 2021 e parte de 2022 foram significativamente afetados pela pandemia, pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia bem como outros focos bélicos em diferentes partes do mundo, resultando no aumento do preço das matérias-primas essenciais, a escalada inflacionista e as subidas exponenciais das taxas de juro, com todos os efeitos sobre as pessoas, as famílias, empresas e outras entidades onde se incluem os municípios. É neste quadro de alguma incerteza, que se desenvolveram as atividades no Município de Porto de Mós, somando-se como fatores muito importantes nas políticas públicas alocadas, o fim dos projetos do quadro de apoio 2020, os projetos do PRR a iniciarem-se, e também a preparação para o novo quadro comunitário de apoio, Portugal 2030. Apesar de todo o referido, este Município continua a delinear e a concretizar um conjunto de projetos dos mais diversos níveis, muito focado nas pessoas, mas também nas empresas que promovem o emprego e acrescentam valor a este território. Destacou o desagravamento da carga fiscal dos impostos municipais, tais como os incentivos fiscais concedidos para melhorias das edificações situadas em ARU. O apoio a famílias mais vulneráveis através do apoio direto com bens essenciais, o apoio à natalidade, as bolsas de estudo para alunos que frequentem o ensino superior, a implementação de transportes escolares gratuitos para todos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os alunos que frequentem as escolas do concelho, as refeições escolares, a implementação de um plano de saúde que abrange toda a população do concelho, numa ação quase pioneira, em termos municipais, no País. Apesar do impacto financeiro que estas e outras medidas têm no orçamento municipal, que estão devidamente quantificadas no relatório, o Município deu continuidade à execução de obras físicas que se consideram fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos que aqui vivem e dos que optem por aqui fixar residência, conforme se pode constatar no supracitado relatório. Referiu depois que o saldo de gerência que transitou para 2024, cerca de 2,6 milhões de euros, é coerente com a política que garanta a capacidade de investimento municipal, forte, constante, contínuo e preferencialmente feito com recursos próprios. No que concerne à dívida registada no final do exercício, cerca de 2 milhões de euros, que tem vindo a descer anualmente e que está muito longe do limite de endividamento legalmente calculado para esta autarquia, que é de cerca de 27 milhões de euros. Assim, o presente relatório analisa não só a execução do orçamento do Município de Porto de Mós, em 2023, como analisa a sua situação económico-financeira, que está contemplada no documento a que os senhores deputados tiveram acesso. Seguidamente disse que sobre o relatório do ROC, faria uma transcrição muito curta: *"em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Porto de Mós a 31 de dezembro de 2023, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total, de 96,13%, é superior à execução da despesa total, que é de 87,18%."* Esta execução da receita, revela que não houve qualquer empolamento da receita, aquando da aprovação do orçamento. Terminando, agradeceu a todos quantos estiveram envolvidos na realização deste relatório e de todos os documentos de suporte, que uma vez mais, revela transparência, objetividade, e fácil leitura e análise.-----

-----**Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que abril é isto também, ter políticos responsáveis e que apresentam relatórios como aquele que o senhor Presidente acabou de apresentar. Passou depois a referir que este relatório resulta de uma obrigação legal. Disse ainda que o Município de Porto de Mós, apresenta uma taxa de execução do orçamento da receita na ordem dos 94,83%, acima do registado no ano anterior, passando a fazer uma análise financeira da receita e reputando-os como bons indicadores que significam mais atividade económica no concelho, mais produtividade, mais rendimentos e mais lucros. A despesa apresenta um grau de execução de 87,7%, tendo sido executados 25,7 milhões de euros, tendo a corrente um peso de 67,8%. À semelhança de anos anteriores, a despesa de capital superou claramente a receita de capital, o que significa que a despesa de capital foi financiada por uma poupança corrente. Salientou ainda a manutenção da política da carga fiscal do Município na sequência do não aumento de impostos, mantendo, inclusivamente algumas isenções e reduções. Depois de algumas considerações de ordem técnico-financeira, disse que o relatório de contas demonstra

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o Município está preparado para o processo de investimento que tem vindo a fazer, para a política de investimentos que o senhor Presidente já apresentou, bem como a possibilidade de concorrer a fundos comunitários e outros. São contas equilibradas que podem mudar a vida de todos.-----

-----**Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS):**-----

-----Usando da palavra deu os parabéns a toda a equipa que faz o relatório de contas e também pela apresentação, porque dessa forma consegue-se perceber a ideia e tentar ver se, no próximo orçamento haverá menos rubricas a zero. Também, e no seguimento da posição dos vereadores do Partido Socialista, através da sua declaração de voto já apresentada, vem dizer, em nome da bancada socialista, que o seu sentido de voto será a abstenção.-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra, depois de cumprimentar todos os presentes, disse que começaria pela apresentação do documento em causa, que foi muito bem executada, parabenizando por isso o executivo por este trabalho. Passou depois a fazer uma análise às contas apresentadas, verificando desde logo que o equilíbrio orçamental corrente, diferença entre as despesas correntes e receitas correntes, se encontra devidamente cumprido, atingindo um valor positivo de 21,86%. O grau de execução da receita bruta foi de 94,86%, sendo que o grau de execução da despesa, foi de 87,17%, conforme se pode verificar no documento apresentado. Terminando, salientou o bom trabalho realizado no ano de 2023, pelo que a sua bancada irá aprovar as contas.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, disse que queria agradecer a forma reiterada como os serviços foram unanimemente elogiados por este por este trabalho. A Luís Almeida, disse, relativamente aos fundos comunitários, que apesar de em 2021 se ter entrado na fase final do Quadro Comunitário 2020, foram conseguidas alguma obras novas, mas sobretudo foram conseguidos alguns reforços de financiamento. A Casa dos Calados é um desses casos, que tem um financiamento aprovado que ascende a 1,3 milhões de euros e cujos valores ainda não deram entrada nos cofres do Município. Disse ainda que queria de uma vez por todas esclarecer a questão das rubricas abertas. Convém perceber as alterações impostas pela legislação nacional, aquando da entrada do SNC-AP, ou seja, desde essa data, a elaboração dos orçamentos tem de ser efetuados de uma forma plurianual de modo a preparar no médio prazo, uma previsão orçamental futura, com impacto no presente. Nesse sentido, os executivos, têm de, necessariamente preparar os a seus orçamentos previsionais, com o máximo de informação prevista, a executar nos quatro anos seguintes. Esta exigência técnica, pode ser formalizada de duas formas: ou se criam todas as rubricas de obras que se preveem desenvolver ao longo do tempo, na elaboração do primeiro orçamento, mesmo que não sejam para executar nesse ano inicial, mas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprindo com a intenção do legislador de estimar previsões plurianuais, ou não se criam todas estas rubricas, e todas as obras que decidirem efetuar ao longo desse período plurianual, são incluídas numa rubrica genérica, sem escrutínio possível, e com níveis de transparência muito duvidosos. Como aliás, eram, na sua maioria, práticas no passado. O Partido Socialista, como se percebe, pela sua declaração de voto, prefere esta ultima opção, deixando implícito, que continua a defender que não se criem rubricas específicas para cada obra. É bom que todos percebam a diferença entre os vários modelos de gestão autárquica, para que não reste qualquer dúvida. Para este executivo, a transparência e a clareza de toda a sua gestão, nomeadamente de todos os investimentos que se preveem efetuar, estarão sempre garantidos com todas as vantagens e desvantagens que esta forma de atuação acarreta. Uma das desvantagens, é dar à oposição, a possibilidade direta e transparente de averiguar o grau de execução das diversas obras. Ainda em relação às rubricas a zero, importa ressaltar, que muitas vezes, essas rubricas têm que obrigatoriamente ser abertas para efeitos de candidaturas a fundos comunitários, mesmo sem a certeza de esse financiamento ser verdade, e consecutivamente os investimentos terem de ser adiados, como tem sido amplamente referido, sempre que este tema é abordado. Concluindo, disse que isto é o que resulta da lei, e que não abdica de continuar a gerir o Município desta forma transparente, *“e os senhores, e uma vez mais para se cumprir abril, têm a liberdade de poder achar, que assim não é correto. Esta é a nossa forma de trabalhar.”*-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o ponto 3 colocado a votação - **3. Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2023** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 7 (sete) abstenções.**-----

-----**6. Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro:**-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que estes dois documentos, como se pode verificar pelo seu título dizem respeito aos períodos referenciados:-----

-----“AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS ANO 2023 E SEGUINTE: ---

-----“A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22 /2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sua reunião ordinária de 16-12-2022 conceder autorização prévia à Câmara Municipal para o ano 2023, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e nas situações prevista no parágrafo anterior. -----

-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 22 de dezembro de 2022 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais para o ano 2023, relativa a despesas de funcionamento de carácter continua do e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

-----Face ao cumprimento das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2023, remete-se abaixo um quadro onde constam os compromissos plurianuais assumidos no período de 22-11-2023 a 31-12-2023.-----

Data	Designação	Montante		
		Ano 2023	Anos seguintes	Total
30/11/2023	Protocolo de colaboração com a ADP - Apoio para obras de substituição da cobertura do edifício	15 000,00 €	10 000,00 €	25 000,00 €
30/11/2023	Fornecimento contínuo para aquisição de sinais de trânsito - anos 2023 e 2024	9 264,11 €	12 300,00 €	21 564,11 €
07/12/2023	Empreitada de Iluminação Pública do Concelho	19 080,00 €	10 462,58 €	29 542,58 €
07/12/2023	Empreitada para Execução e Reparação de calçadas no concelho	4 790,00 €	25 550,38 €	30 340,38 €
07/12/2023	Contratação em regime de avença de um técnico de comunicação social	1 722,00 €	18 942,00 €	20 664,00 €
15/12/2023	Empreitada para execução de muro de suporte na rua das roçadas - Tremoceira	26 500,00 €	4 770,00 €	31 270,00 €
21/12/2023	Aquisição de plataforma de Gestão ocorrência por 36 meses	- €	16 973,98 €	16 973,98 €

-----AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS ANO 2024 E SEGUINTE:---

-----"A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22 /2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sua reunião ordinária de 15-12-2023 conceder autorização prévia à Câmara Municipal para o ano 2024, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e nas situações prevista no parágrafo anterior.-----

-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 28 de dezembro de 2023 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais para o ano 2024, relativa a despesas de funcionamento de carácter continua do e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia, só poderá fazer se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

-----Face ao cumprimento das Medidas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós para o ano 2024, remete-se abaixo um quadro onde constam os compromissos plurianuais assumidos no período de 01-01-2024 a 10-04-2024"-----

<i>Data</i>	<i>Designação</i>	<i>Montante</i>		
		<i>Ano 2024</i>	<i>Anos seguintes</i>	<i>Total</i>
18/01/2024	Contratação em regime de avença de um técnico na área de história	21 094,50 €	1 045,50 €	22 140,00 €
22/01/2024	Contratação de serviço para Avaliação e Proposta de Conservação e Valorização de Carvalhais, de Carvalhos e Oliveiras Monumentais do Concelho de Porto de Mós	4 243,50 €	4 243,50 €	8 487,00 €

-----Não havendo pedidos de inscrição passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

7. Relatório Anual de Atividades da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Porto de Mós – 2023):-----

-----O senhor Presidente usando da palavra começou por dizer que este é um relatório que é obrigatório. Esta Comissão faz parte do pelouro da vereadora Telma Cruz, e tem exercido funções com uma discricção notável, com um papel pedagógico junto das famílias exemplar e com uma ação/intervenção sistemática e coordenada e que tem de ser relevada. Estas entidades, quanto menos delas se fala, melhor é a sua atuação. Passou depois a dar nota dos números que constam do relatório oportunamente distribuído pelos senhores deputados.-----

-----**Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que vê este relatório com preocupação e com contentamento, porque podemos perceber que a maior problemática é a violência doméstica. O contentamento tem a ver com o facto destes processos todos, 89, terem sido arquivados, por cessação de medida e perigo já inexistente, o que é sinal de que há uma intervenção e um trabalho realizado pela Comissão e por todas as pessoas que estão envolvidas.-----

-----**8. Regulamento Municipal de atribuição de prestações de carácter eventual em situações de emergência social e comprovada insuficiência económica de Porto de Mós:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o documento que foi oportunamente distribuído por todos os deputados municipais, referindo que será a base para se poderem fazer as comparticipações a pessoas com comprovada insuficiência económica.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Começou por dizer que esta é uma das provas da preocupação deste executivo municipal com as pessoas e com a parte mais frágil da comunidade, procurando colmatar as deficiências que há e as dificuldades que as pessoas e as famílias sentem.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos colocado a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**9. Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal da Cultura:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a referir que, tendo-se detetado um gralha no regulamento anterior, foi decidido proceder a esta alteração que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara.-----

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Referindo-se aos conselhos municipais criados, nomeadamente da Educação, da Saúde, da Juventude e da Cultura, disse que todos têm como objetivo principal da participação cívica dos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cidadãos, a envolvimento de parcerias entre outras entidades, tornando a discussão mais ampla e mais rica, reputando da maior importância a envolvimento de toda a sociedade civil nestas matérias, que são do interesse de todos.

-----O senhor Presidente da Câmara referiu ainda a existência, também, do Conselho Municipal do Desporto. Para além destes órgãos criados para fortalecer a participação dos municípios na vida pública, referiu ainda as reuniões de Câmara públicas descentralizadas, bem como as sessões desta Assembleia Municipal, também descentralizadas.

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **9. Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal da Cultura** - colocado a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**10. Moção da Assembleia Municipal da Batalha contra a proposta de aumento das tarifas de resíduos urbanos pela VALORLIS:**

-----O senhor Presidente da Câmara passou a referir que a moção supra mencionada dá sequência ao pedido formulado pela Assembleia Municipal da Batalha, que solicitou que fosse dado conhecimento da mesma à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Porto de Mós e que se manifestou contra o aumento da tarifa de tratamento de resíduos sólidos urbanos por parte da empresa concessionária do serviço público – a Valorlis, S.A., tendo sido entendimento dar a conhecer esta moção e não elaborar uma de novo. Os Municípios sócios da empresa – que são seis, só podem resolver estas questões na justiça, dado que moções e chamadas de atenção, não são suficientes. Também a entidade reguladora – ERSAR - acedeu aos argumentos da Valorlis para o aumento da referida tarifa.

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**

-----No uso da palavra veio dizer que esta moção da Batalha, que refere no ponto 1, que a Valorlis quer fazer um aumento substancial na ordem dos 80%, só de ler assusta. Continuou dizendo que estas empresas são criadas para dar lucro. O senhor Presidente acabou de dizer que os clientes são 6 municípios, e nada melhor para a empresa que aumentar a sua faturação relativamente a estes, porque se fossem os particulares a terem que pagar este aumento, provavelmente não ficariam calados. Terminando disse que daqui também deveria ser feita alguma coisa, pelo menos que estamos solidários com a moção da Batalha, achando ainda que os seis municípios devem estar unidos nem que seja dando conhecimento às populações da barbaridade que a Valorlis está a querer fazer.

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Começou por dizer que se estes valores nos assustam, teremos que olhar para aquilo que irá ser o nosso futuro, e as duas questões que aqui coloca, em jeito de debate, prendem-se com isso. Segundo a Comunidade Europeia, temos que aumentar a nossa reciclagem, e fazer a separação de novas tipologias de resíduos. As obrigações legais que CE nos colocou, era que até dezembro de 2023, tínhamos que colocar a recolha dos bio resíduos nas ruas. O que se verifica, é que ainda há muitos municípios que não o fizeram, e o nosso é um caso. Questionou como está a situação da separação dos bio resíduos, que seria obrigatória até dezembro de 2023. A CE coloca ainda outra obrigatoriedade: a partir de janeiro de 2025, há também a obrigatoriedade de fazer a separação dos resíduos têxteis. Questionou depois, se com o que existe atualmente os aumentos têm sido desta ordem, com estas duas novas obrigatoriedades, onde é que isto irá chegar e o que é que o município está a perspetivar fazer nestas duas vertentes, quer na parte dos resíduos têxteis, quer nos bio resíduos.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu aos anteriores intervenientes, dizendo a Luis Almeida que são efetivamente seis municípios, sem dívida. O que está a ser feito neste momento, é a preparar as providências cautelares, que sendo aceites têm efeito suspensivo estando a trabalhar nesse sentido. Disse ainda que o Grupo EGF tem 51%, e os municípios vão lá votar mas sem conseguir aprovar nada. Referiu ainda que, se há péssimos exemplos daquilo que foi a privatização de serviços, este é um deles. Deu ainda nota de que a empresa decidiu distribuir dividendos pelos acionistas referente ao resultados do ano de 2023, o que entende ser uma vergonha e um insulto a todos os Municípios/clientes, para os quais todo o risco da operação está sempre do lado dos pagadores do serviço. Quanto aos resíduos têxteis foram acauteladas as centrais de transferência, neste caso, Mendigos, que já tem um ponto de recolha para têxteis. Sobre o futuro, nomeadamente até 2030, reitera a sua preocupação dizendo que no futuro, as faturas da água, do saneamento e do lixo, têm que ser separadas. O que o deixa muito preocupado, é que estas empresas que têm uma responsabilidade para fazerem a sensibilização junto das comunidades, investem muito pouco nessa área.-----

-----11. **Declaração de Interesse Público Municipal Centro Hípico de Alcaria, Unipessoal, Lda:** -----

-----O senhor Presidente passou a explicitar este pedido efetuado pelo Centro Hípico de Alcaria, apresentando o parecer dos serviços de licenciamento urbano do município, que a seguir se transcreve e que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara. -----

-----*“Na sequência do pedido de regularização submetido na DRAPC, com o proc.º n.º 024076/01/C/2017, ao abrigo do D.L. n.º 165/2014, de 05/11, alterado pela Lei n.º 21/2016 de 19/07, sobre a legalização da atividade e da ampliação do edifício destinado a Centro Hípico, é*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessário complementar esse pedido com a certidão sobre a deliberação fundamentada e reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela Assembleia Municipal, nos termos da Portaria n.º 68/2015, de 09/03, dado que a localização das instalações físicas apresenta desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública, conforme o seguinte:-----

-----A edificação inicial, com cerca de 521m2 foi objeto de licenciamento municipal através do proc.º n.º 419/1998, tendo obtido o alvará de licença de utilização n.º 91/2003, destinada a Centro Hípico. A restante área, com cerca de 308m2 não foi objeto de licenciamento municipal. ---

-----O edifício está localizado no solo rústico em Espaço destinado a Equipamentos, Infraestruturas e outras Estruturas, conforme a planta de ordenamento do PDM, todavia por se encontrar REN, e com interferência numa na zona de proteção de linha de água subterrânea, assim como, a menos de 50m de território florestal, considera-se que a pretensão está em desconformidade com instrumentos de gestão territorial, conforme o previsto na alínea a), do n.º 1, do art.º 1.º e na alínea a), do art.º 2.º, do D.L. n.º 165/2014, de 05/11. -----

-----Face ao referido e no âmbito do previsto na alínea a), do n.º 4, do art.º 5.º do D.L. n.º 165/2014, de 05/11, a Câmara Municipal poderá submeter à Assembleia Municipal o pedido de reconhecimento do interesse público municipal, na regularização da exploração pecuária de Equídeos no Centro Hípico de Alcaria, face à desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial".-----

-----Depois de ter explicado de forma cronológica e minuciosa o processo de construção daquela unidade até se ter chegado à necessidade desta declaração, o senhor Presidente pediu à Assembleia a declaração de utilidade pública atendendo a que esta será a forma de licenciar este equipamento junto da DRAPC.-----

-----**Filipe da Conceição Batista** (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):-----

-----Aproveitando o ensejo, disse querer deixar aqui mais uma deixa no que se refere à casa que dá apoio à Estrada Romana, não sabendo se é possível invocar o interesse público da casa para a poder legalizar.-----

-----**Sandra Maria da Silva Martins** (Presidente da União das Freguesias de Alvados e Alcaria - PSD):-----

-----Usando da palavra disse que neste momento é um dos únicos Centros que faz cursos de formação da Escola Nacional de Equitação, para além de todas as atividades que desenvolve diariamente, nomeadamente equitação terapêutica. A União de Freguesias considera quele

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espaço muito importante, até do ponto de vista turístico para o concelho de Porto de Mós e especialmente para a sua freguesia.

João Filipe Mariano (PS):

Depois de cumprimentar os presentes, disse que gostaria de ver aqui esclarecidos quais os pontos que foram levados em consideração para a atribuição do interesse público municipal, a esta empresa e ao edifício que ocupa, e saber se o mesmo não poderia ser atribuído a outros edifícios do concelho.

O senhor Presidente da Câmara passou a responder a Filipe Batista, dizendo que o problema deste equipamento (a casa que referiu) é que não está licenciado. Está construído em cima de um caminho, o que pode ser resolvido, e que está em fase de resolução, para depois se descomplicar a parte que está em baldio. É um processo que não tem sido fácil, que teve início aquando da resolução do problema do Campo da Chã e da Junta de Freguesia, que se encontram resolvidos, mas este continua a tentar ser desbloqueado. Com as alterações legislativas que ocorreram ultimamente, pensa que o processo poderá correr mais célere. Ao deputado João Mariano disse que este interesse público municipal, visa a legalização. Se houver o entendimento de que existem equipamentos municipais que possam ter proteção e eventual valorização, está completamente disponível.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **11. Declaração de Interesse Público Municipal Centro Hípico de Alcaria, Unipessoal, Lda:** colocado a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**

12. Relatório de monitorização do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) de 2023:

Trata-se de um relatório anual, que foi oportunamente distribuído por todos os deputados municipais, sendo a temática escolhida, muito importante. A relação com os munícipes, com os técnicos, principalmente ao nível das obras particulares têm impacto. Durante o ano de 2023, foram implementadas novas regras, tendo algumas delas sido bem-sucedidas e outras estão em avaliação. As propostas que a equipa faz, e a verificação de algumas coisas que estão menos bem, servem exatamente de ponto de partida para melhorar os serviços.

13. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara começou por dizer que o executivo continua a trabalhar de forma afincada, embora reconheça que a execução é algo inferior ao período homologado do ano anterior, embora não seja preocupante, até porque tudo indica que até final do ano o saneamento da Cumeira e outros lugares ficará concluído, o que pressupõe que o nível de faturação e pagamentos será bastante significativo, só dessa obra. Salientou o impacto positivo que está a ter a receção dos novos serviços, especialmente ao nível da ação social, pelas respostas que estão a ser dadas, junto da comunidade.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Disse que apenas queria questionar sobre o saneamento da Cumeira, Cruz da Léguas e outros lugares, porque o empreiteiro, no início não teve o cuidado necessário, e com as chuvas, tem havido grandes problemas com o trânsito, nomeadamente com o rebentamento de pneus, argumentando depois o dito empreiteiro, que havia sinalização a avisar do estado da via e escusando-se assim de responsabilidades.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Sobre o presente ponto, disse querer reiterar as palavras do senhor Presidente da Câmara no que se refere à importância da ação social. Destacou depois o apoio que a Câmara Municipal dá às instituições e associações, sempre que para isso é solicitada, constituindo uma grande mais-valia para as mesmas. Sobre a moção do Município da Batalha relativamente à Valorlis, ponto 10 desta ordem de trabalhos, disse querer apresentar uma proposta conjunta, subscrita pelas bancadas do Partido Social Democrata, Partido Socialista e Deputada não inscrita, que passou a ler, e a seguir se transcreve:-----

-----*“Os membros desta Assembleia Municipal, propõem que seja votada por este órgão, a adesão à moção apresentada pela Assembleia Municipal da Batalha, por ser de extrema importância para os portomosenses e para o nosso concelho”.*-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra começou por dizer que finalmente há uma Assembleia que acaba de dia. Dirigindo-se depois a Félix Correia dos Reis, a propósito de, na intervenção que este fez, supra, ter salientado a ausência dos membros desta Assembleia e Presidentes de Junta, nos eventos promovidos pelo Município. Referiu que não pode estar presente nas Comemorações dos 50 anos do 25 de abril promovidas pelo Município e disso já se desculpou com o senhor Presidente da Câmara.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu a Joaquim Santiago dizendo que a empresa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem à sua responsabilidade esta obra, tem um plano de segurança e um plano de trânsito aprovado pela Câmara, mas também pelas Infraestruturas de Portugal, e tem seguros. De acordo com a informação que a empresa lhe deu, na altura não começou logo a fazer pavimentações porque estava a chover. E como bem disse, existem tribunais para resolver as coisas. Finalmente, disse querer deixar duas notas, que considera importantes. A primeira é que termina no final de maio a possibilidade de apresentação de propostas ao Orçamento Participativo e este ano, este tem um orçamento disponível de cem mil euros, pedindo a todos que promovessem a divulgação do Orçamento Participativo de 2024. Respondendo depois ao senhor Presidente da Junta de Serro Ventoso, disse que infelizmente hoje a Assembleia Municipal acaba de dia, pedindo que compreendam isso.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia colocou a votação a proposta apresentada por Olga Silvestre e subscrita por todas as bancadas desta Assembleia, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 2, 3, 8, 9, 10 e 11 da Ordem de Trabalhos**, que passou a ler. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 18.50 horas do dia 26 de abril de 2024, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo. -----

